

1 **ATA DA QUINGENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (CES-MG), REALIZADA**  
3 **NOS DIAS DOZE E TREZE DE SETEMBRO DE 2023, NA AVENIDA AMAZONAS,**  
4 **558, 5º ANDAR, CENTRO, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS.** Aos doze e treze  
5 dias do mês de setembro de 2023, às nove horas, iniciou-se a quingentésima  
6 octogésima sexta reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais.  
7 A presidenta Lourdes Aparecida Machado (CRP-MG) iniciou a reunião dando as boas-  
8 vindas a todas as pessoas presentes e leitura da pauta: 12/09/23 - 9h às 9h30 –  
9 Aprovação das atas; 9h30 às 10h15 – Apresentação do Relatório do Comitê Estadual  
10 de Prevenção da Mortalidade Materna Infantil e Fetal; 10h15 às 11h – Estratégias de  
11 fomento para ampliação de leitos de UTI pediátrico; 11h às 12h – Programa de  
12 Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde; 12h às 13h30 – Almoço; 13h30  
13 às 14h – Informes do Plenário; 14h às 15h – Transporta SUS e TFD; 15h às 16h –  
14 Projeto Miguilim; 16h às 17h – Saúde Bucal; 17h às 18h – Encaminhamentos e  
15 encerramento. As atas de abril, agosto; outubro de 2022 e julho de 2023 foram  
16 provadas com dezesseis votos favoráveis, e uma abstenção. A presidente do Comitê  
17 Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal da Secretaria de  
18 Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) Regina Aguiar apresentou o Relatório  
19 do Comitê relativo ao ano de 2021. Os óbitos infantis são de notificação obrigatória,  
20 mas os municípios não têm notificado de forma adequada, com cento e vinte dias para  
21 fechar todo o processo. Depois são feitas visitas domiciliares aos familiares, gerando  
22 os relatórios sobre tudo que aconteceu em ordem cronológica, sem os nomes. Avaliam  
23 a questão social da família, interferência de terceiros, violência, barreira de línguas,  
24 medicamentos e equipamentos necessários, capacidade dos profissionais no  
25 atendimento etc. Os dados são analisados e são verificadas as fragilidades para que  
26 o comitê proponha melhorias na assistência à saúde materna, infantil e fetal. Os  
27 maiores índices de mortalidade infantil são nas regiões Leste e Noroeste de Minas  
28 Gerais, apresentando fatores de risco como raça/cor/gênero/etnia e o racismo  
29 estrutural. No caso das populações indígenas 90% dos óbitos eram evitáveis, se  
30 usassem todas as tecnologias disponíveis no SUS. A cada vinte e quatro horas morre  
31 um a criança com menos de um ano. Dados de óbitos de mulheres mostram que para  
32 aquelas que tem menor escolaridade a maioria das crianças morrem no primeiro mês  
33 de vida. Gláucia lembra do atraso de acesso das gestantes à vacinação, pois havia  
34 exigência de relatório médico para as grávidas vacinarem contra covid-19,

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

35 contribuindo para a mortalidade das gestantes, que era evitável se tivessem acesso  
36 oportuno. Também lembrou que uma Atenção Primária à Saúde forte pode reduzir a  
37 mortalidade materna e infantil, mas faltam investimentos para que isso aconteça. Em  
38 seguida, a representante da SES-MG, Ana Renata M. Rabelo apresentou a  
39 estratégias de fomento e critérios para ampliação de leitos de UTI pediátrico (UTI-P),  
40 devido ao déficit no estado. Tais fomentos foram para o financiamento de  
41 equipamentos, construção e contratação de equipe. Em 2023, para estimular os  
42 municípios foi feita a revisão da resolução de fomento com valor de obras superior  
43 para aumentar a adesão, e também houve mudanças devido à atualização do IBGE  
44 com novos investimentos na Rede Cegonha. As UTI que forem fomentadas deverão  
45 permanecer vinculadas ao SUS por dez anos, sendo o prazo de adesão prorrogado  
46 para 10 de outubro. O monitoramento dos incentivos é feito de forma periódica, caso  
47 seja necessário, se o valor da obra for superior, a complementação pode ser feita pelo  
48 município. Ana Renata informa que o Ministério faz o repasse federal de R\$ 600,00, e  
49 o custo de uma UTI gira em torno de R\$ 2.000, e que o profissional pediatra tem se  
50 concentrado nos polos ocorrendo falta do profissional em Patos de Minas e Teófilo  
51 Otoni. O plenário do CES-MG aprovou as estratégias de fomento e critérios para  
52 ampliação de leitos de UTI pediátrico (UTI-P) com treze votos favoráveis. A  
53 representante da SES-MG Ana Júlia Andrade Campos, da Subsecretaria de Gestão  
54 Regional (SUBGR) apresentou o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios  
55 Públicos de Saúde e explicou que o objetivo dos consórcios é desenvolver os  
56 territórios cobrindo o vazio assistencial. Rilke Públio (CRF-MG) defende que o  
57 consórcio seja de interesse público e que é preciso avançar esta discussão. O  
58 conselheiro estadual Rubens Silvério (FAMEMG) pergunta sobre a fiscalização dos  
59 consórcios e a participação do Controle Social. Ana Júlia Andrade Campos responde  
60 que o controle social fica por conta da ouvidoria e que o presidente é eleito entre um  
61 dos prefeitos dos municípios consorciados e o estado participa com o fomento.  
62 Lourdes pergunta se algum consórcio quis administrar os hospitais regionais, o que  
63 não foi respondido. Informou ainda que não colocará a pauta em votação, pois o  
64 Conselho tem Resolução contrária a terceirização. Diante disso, o assunto não foi  
65 colocado em regime de votação e, foram favoráveis a esse posicionamento,  
66 dezessete conselheiros. Será realizada uma reunião ampliada das câmaras técnicas  
67 para debater a pauta e, caso o Grupo de Trabalho se reúna antes, o mesmo deverá  
68 convidar o CES-MG. A conselheira estadual Terezinha Rocha (FADEMAG) informa

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

69 sobre a Comissão de Arboviroses que está elaborando o Plano Operativo e solicitou  
70 a participação do titular para melhor qualificar os debates. A conselheira estadual  
71 Fernanda Coelho (Coletivo BIL) apresentou os informes do Grupo de Trabalho que  
72 está trabalhando a contratação de Parceria Pública Privada para o Socioeducativo,  
73 pois há um declínio no atendimento à saúde e uma tendência de que isso aumente  
74 com a contratação de Parcerias Público Privadas (PPP). A representante da SES-  
75 MG, Gabriela Cintra Januário, apresentou o Projeto Miguilim, que realiza triagens nas  
76 escolas para avaliar a perda auditiva ou o comprometimento visual de alunas/os, e  
77 que depois será encaminhado à atenção primária que é porta de entrada para o  
78 atendimento e depois poderá ser encaminhado, se necessário, para a atenção  
79 especializada. No âmbito da saúde auditiva na infância estão se organizando para  
80 fazer a triagem neonatal. Os serviços serão credenciados nas regiões e o valor é de  
81 dois milhões, com credenciamento é até outubro. A representante da SES-MG,  
82 Tâmara C. Souza, que também apresentou o Projeto Miguilim, informou que estima-  
83 se que três por cento de alunas/os de cinco a dezoito anos vai fazer algum tipo de  
84 atendimento na oftalmologia. Entre essas crianças, trinta por cento precisará de  
85 óculos. Em outubro, a SES-MG passará a listagem para habilitação dos municípios.  
86 Caso o município tenha condições, ele poderá habilitar para a micro com recursos  
87 Federais e Estaduais. O Estado ficará com a estruturação e, em seguida, ocorrerá o  
88 treinamento das escolas públicas municipais e estaduais. Gabriela reforça importância  
89 da participação dos conselhos municipais nos fluxos e acompanhamento do  
90 desenvolvimento do Projeto Miguilim. A presidenta Lourdes propôs prorrogar a  
91 discussão para um mês para passar no Grupo de Trabalho de pessoas com  
92 deficiência. Aprovado o Projeto Miguilim, com ressalvas, por quinze votos, duas  
93 abstenções. A pauta seguinte, que abordaria a Saúde Bucal foi adiada para outra data,  
94 a ser comunicada e informada previamente. Foram repassadas ponto a ponto por  
95 Lourdes todas as diretrizes que irão compor o relatório final da 10ª Conferência  
96 Estadual de Saúde de Minas Gerais – Conselheiro Paulo Roberto Venâncio de  
97 Carvalho, acatadas as sugestões do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, com as  
98 feitas as alterações na hora. No dia 13 de setembro foi apresentada a seguinte pauta:  
99 9h às 10h30 – Deliberação do parecer RAG 2022; 10h30 às 12h – Apresentação das  
100 diretrizes PES 2024; 12h às 13h30 – Almoço; 13h30 às 14h – Informes da Mesa  
101 Diretora; 14h às 15h – Enfrentamento das Violências contra as mulheres; 15h às 16h  
102 – Projeto Vacimóvel; 16h às 17h – Encaminhamentos e encerramento. A Presidenta

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

103 do CES-MG Lourdes Aparecida Machado (CRP-MG) deu as boas-vindas a todas  
104 pessoas presentes e passou a palavra para o cumprimento de demais membras/os  
105 da Mesa Diretora, informando sobre a importância da áudio descrição. O secretário-  
106 geral do CES-MG, Erli Rodrigues (Morhan), contextualiza o Relatório Anual de Gestão  
107 (RAG 2022), e passa a palavra para a presidenta Lourdes Machado que coordena a  
108 Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica, para que a mesma leia o parecer da  
109 Comissão. A 2ª secretária do CES-MG, Marília Oliveira (Federassantas), faz a leitura  
110 do parecer da Comissão Intersetorial de Saúde das Mulheres onde está descrito que  
111 mais de 50% da população do estado de Minas Gerais são mulheres e a SES-MG  
112 ainda não acolhe a saúde das mulheres como prioridade, sendo que são as que mais  
113 adoecem e procuram os serviços de saúde. A mortalidade materno-infantil continua  
114 alta, sendo um dos motivos a qualidade da assistência pré-natal que precisa ser  
115 melhorada, além do aumento das violências contra as mulheres e a falta de  
116 capacitação das equipes de saúde para atendê-las. Deverão ser criadas políticas de  
117 equidade intersetoriais, interinstitucionais com equipes interdisciplinares. O  
118 conselheiro estadual Rômulo Campos (Fetaemg) informa que a Comissão  
119 Interinstitucional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT-MG) está sendo  
120 reformulada e por este motivo não foi possível elaborar o parecer sobre o RAG 2022.  
121 A presidenta Lourdes Machado, apresentou o parecer da Câmara Técnica de  
122 Educação Permanente. O 1º diretor de Comunicação e Informação do SUS, Rubens  
123 Silvério, apresentou o parecer da Câmara Técnica de Comunicação e Informação do  
124 CESMG e registrou ausência de equipamentos adequados para a Comunicação e o  
125 quanto isso atrapalha no desenvolvimento das atividades do CES-MG. Lourdes  
126 pontua que é papel da Câmara Técnica acompanhar o RDQA para verificar se de fato  
127 os equipamentos que foram solicitados foram adquiridos. Caso isso não ocorra, que  
128 seja feita a cobrança. A servidora da Assessoria de Comunicação do CES-MG,  
129 Luciane Marazzi, explicou que a questão da listagem veio sofrendo alterações devido  
130 às necessidades do CES-MG, que foram se modificando ao longo do tempo. Renato  
131 Barros informa que a Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho não tem se  
132 reunido e, por isso, não fez o parecer do RAG 2022. A secretária Adjunta de Estado  
133 de Saúde, Poliana Cardoso, falou da importância de se criar ouvidorias nos municípios  
134 e de convidar a Ouvidoria de Saúde. Erli defende que os restos a pagar não podem  
135 entrar nos doze por cento de investimentos constitucionais e deve haver o  
136 compromisso da gestão em efetuar o pagamento desses restos, não acumulando dois

137 exercícios. A conselheira estadual Aleteia D'Alcântara Gonçalves Silva (FADEMG)  
138 registrou que não há ação para mulheres no climatério descrita no Relatório Anual de  
139 Gestão 2022. Marília registrou que falta a criação da Coordenação Estadual da Saúde  
140 das Mulheres. O RAG 2022 foi aprovado por 18 votos, com as ressalvas apresentadas  
141 pelo CES-MG. A Mesa Diretora apresentou os informes das últimas agendas: o  
142 acompanhamento do Planejamento Regional Integrado; a audiência pública da  
143 Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre o desenvolvimento da vacina calixcoca;  
144 o evento promovido pela Renila; o Seminário sobre Judicialização, em Lagoa Santa;  
145 a participação na Comissão de Mortalidade, Infantil e Fetal. Aleteia falou da  
146 composição da Comissão Intersetorial da Pessoa com Deficiência: Aleteia, Erli,  
147 Denílson, Terezinha, Adão, Roberto Carlos, Renato Villela Franco. Solicitou que a  
148 gestão indique alguém para representá-la e sugeriu os nomes da Gabriela e da  
149 Tamara, e que o Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG) e o SIND-SAUDE  
150 indiquem as suas representações. O conselheiro Denílson Gonçalves (Morhan) foi  
151 indicado pelo plenário para o Conselho de Usuários do Hospital Sofia Feldman, com  
152 11 votos favoráveis. A representante da SES-MG, Laura Rayne Miranda Mol,  
153 apresentou o Relatório de Enfrentamento das Violências contra as Mulheres,  
154 ressaltando o cuidado humanizado e integral necessário. As ações estão no Programa  
155 Valora Minas e Opera Mais. Lei nº 12.845/2013: atendimento é obrigatório, integral e  
156 imediato de pessoas em situação de violência em todos os hospitais integrantes da  
157 Rede SUS. A importância de se melhorar a qualidade da assistência prestada nos  
158 territórios, garantindo equipes qualificadas para lidar com as situações de atendimento  
159 às vítimas de violência sexual; necessidade de organização do acesso a esse  
160 atendimento, considerando as diversidades territoriais no estado de Minas Gerais.  
161 Categorização dos serviços hospitalares: Tipo I: Realizar o atendimento humanizado,  
162 integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual com acolhimento, atendimento  
163 clínico, profilaxia com antirretroviral IST/AIDS, testagem rápida para IST/AIDS,  
164 anticoncepção de emergência e coleta de vestígios com a cadeia de custódia. Tipo II:  
165 Tipo I + interrupção da gestação prevista em lei (estupro, risco de morte materna e  
166 anencefalia). O ideal é que o atendimento seja prestado por equipe interdisciplinar. A  
167 equipe dos Serviços Tipo I e Tipo II deverá possuir a seguinte composição de  
168 referência: Médico clínico ou médico em especialidades cirúrgicas; Enfermeiro;  
169 Técnico em enfermagem; Psicóloga; Assistente social; farmacêutico; e  
170 Ginecologista/obstetra (TIPO II). Há incentivo para a manutenção da equipe mínima

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

171 preconizada para o atendimento de violência sexual. O incentivo financeiro proposto  
172 refere-se à manutenção de 40% do custo médio de uma equipe multiprofissional de  
173 quatro e cinco profissionais, considerando a tipologia hospitalar: Tipo I: 14.000,00  
174 mensal (referente a média de vencimento de quatro profissionais): R\$5.600/mês;  
175 R\$67.200,00/ano (40%) por instituição; Tipo II: 17.500,00 mensal (referente a média  
176 de vencimento de cinco profissionais): R\$7.000,00/mês; R\$84.000,00/ano (40%) por  
177 instituição. Total anual corrigido para as 107 instituições (sendo 35 Tipo II):  
178 R\$7.778.400,00. O cenário epidemiológico da violência contra a mulher no estado de  
179 Minas Gerais foi apresentado pela representante da SES-MG, Sandra de Souza: a  
180 institucionalização da notificação obrigatória está na Portaria MS/GM 1.356 de 2006,  
181 que implantou o sistema de vigilância de violências e acidentes (Viva) em serviços  
182 sentinelas, em 2009. O Sistema Viva(Sistema de Vigilância de Violências e acidentes)  
183 passou a compor o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)  
184 integrando a Lista de Notificação Compulsória em Unidades Sentinela, Portaria  
185 MS/GM 104 de 2011, que inclui a Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências  
186 na lista de agravos e doenças de notificação compulsória, universalização da  
187 notificação, Portaria MS/GM 1271 de 2014, que torna imediata (até 24h) a notificação  
188 dos casos de violência sexual e tentativas de suicídio na esfera municipal, em 2015  
189 há nova versão da ficha de notificação, que passa a ser nomeada como “Ficha de  
190 Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada”, “Notificação Intersetorial”,  
191 “Notificações de Violências na Saúde” – para melhorar a visibilidade ao problema,  
192 permitindo conhecer sua magnitude, gravidade e perfil, o cuidado para Atenção  
193 Integral à Saúde das Pessoas e suas Famílias em situação de Violência, elemento-  
194 chave na atenção integral às pessoas, permitindo que a rede de proteção e de garantia  
195 de direitos seja acionada e se articule imediatamente. Lourdes solicitou que o debate  
196 continue na Comissão Intersetorial de Saúde das Mulheres (CISMu). Depois de  
197 qualificada a discussão a mesma deve voltar ao plenário para aprovação. Treze votos  
198 foram favoráveis a esse encaminhamento. A representante da SES-MG, Janaína  
199 Fonseca Almeida apresentou o Projeto Vacimóvel, e falou das oficinas de  
200 microplanejamento, que reúnem os municípios para definição de diretrizes para a  
201 campanha de multivacinação em cada um deles. Já foram feitas quatro oficinas para  
202 adolescentes com aumento de cobertura vacinal após essas ações. São dois  
203 incentivos financeiros diferentes, um é de custeio. A Política de Vacinação será  
204 avaliada pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB), em novembro. Fernanda Coelho

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

205 pediu que os painéis de vacinação sejam compartilhados com o Conselho Estadual  
206 de Saúde de Minas Gerais. A presidenta Lourdes Machado solicitou que o Conselho  
207 seja colocado nas oficinas de microplanejamento e firmou que é obrigação  
208 constitucional da SES-MG incluir o CES na elaboração da Política Estadual de  
209 Vacinação. Rubens Silvério sugeriu que fosse feita uma Resolução do CES-MG que  
210 definisse que todo recurso repassado do estado ao município seja comunicado ao  
211 Conselho Municipal de Saúde para que o mesmo fiscalize a efetivação das ações,  
212 exercendo o papel do controle social. Lourdes informou que ainda vamos debater a  
213 questão dos consórcios, por isso não é possível votar o incentivo ao Projeto Vacimóvel  
214 no momento. Rômulo, Geraldo Heleno, Aleteia, Denílson e Renato Barros irão avaliar  
215 melhor a pauta sob coordenação de Geraldo Heleno e deverão reunir-se dentro de  
216 quinze dias. Os projetos “Transporta SUS” e “Tratamento Fora de Domicílio” (TFD)  
217 serão apresentados em outubro conforme acordado com a gestão. Sobre os  
218 consórcios, a deliberação 4277/2023 previsibilidades de acompanhamento dos  
219 termos pelos Conselhos Municipais de Saúde garante a participação controle social.  
220 O conselheiro estadual Geraldo Heleno (FAP) registra que os conselhos não podem  
221 interferir na atuação dos consórcios porque não há espaço para participação do  
222 controle social neles. Rubens Silvério reforça que os consórcios não prestam contas  
223 aos conselhos das ações efetuadas na saúde e muitos o transporte em saúde não  
224 tem tido observância do princípio da dignidade da pessoa humana. Erli pediu o envio  
225 de planilha para quais municípios esses transportes foram disponibilizados. O Decreto  
226 48.600, de 10/04/2023 dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação  
227 dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, onde prevê o  
228 acompanhamento do termo pelos Conselhos Municipais de Saúde. As conselheiras e  
229 conselheiras eleitas para o 9º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária da Abrasco,  
230 em João Pessoa - PB, no Centro de Convenções de João Pessoa, no período de 20  
231 a 24 de novembro de 2023 são: segmento usuária/o: Geraldo Heleno e Leida Uematu;  
232 segmento gestão: Marília Oliveira; segmento trabalhadora/or: Sandra Maria dos  
233 Santos. Congresso da Vacina: Aleteia, Denílson, Tatiane e Iris, trabalhador Lourdes e  
234 Renato. Encaminhamentos: recomenda-se fazer alertas aos municípios, gestão,  
235 Ministério Público sobre a situação da mortalidade infantil e materna (esse alerta deve  
236 ser quadrimestral), com doze votos favoráveis. Ação para adesão junto aos municípios  
237 (envolver Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais – COSEMS  
238 e CISMu) fazer essa discussão em uma manhã (9h às 12h); pedir a apresentação da

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

239 política com a recomendação da CISMu, SES e COSEMS, com 12 votos favoráveis a  
240 esta proposta. Lourdes pediu o envio do Projeto Aurora. Criação de um comitê de  
241 enfrentamento a mortalidade infantil e materna, com quatorze votos. Regina Aguiar se  
242 propôs a ajudar criar os painéis temáticos. Criar um comitê para debater a falta de  
243 profissionais pediatras e a dificuldade de manter os leitos abertos no SUS. A  
244 conselheira Ariete estará à frente desse Comitê. Colocar carros acessíveis nas frotas  
245 do estado, com votação foi unânime, tendo em vista que precisamos ter maior  
246 acessibilidade. Fazer resolução sobre carros acessíveis nas frotas do estado de Minas  
247 Gerais. Entrar em contato com os dois municípios que não poderão aderir ao Projeto  
248 Miguilim por não terem aderido ao Saúde na Escola. Colocar a pauta LGBTQIA+ na  
249 reunião de novembro, alinhar com Fernanda os convidados. Próximas pautas LGBT  
250 (11 votos), Ministério da Saúde - PAC da Saúde (11votos), Saúde dos homens  
251 (11votos), Política da Pessoa Idosa (12 votos), Judicialização (11votos). Pautar na  
252 reunião ordinária o planejamento das ações do CES-MG. Encaminhar o Programa de  
253 Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde para debate nas Câmaras  
254 Técnicas, Grupo de Trabalho Hospitais, convidar COSEMS e Colegiado de  
255 Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais  
256 (COSECS/MG) para debater. Encaminhar a pauta violência contra as mulheres para  
257 a CISMu e, depois de qualificada, trazer ao plenário para debate. O “Transporta SUS”  
258 será debatido no mesmo grupo de trabalho sobre o Miguilim. Estiveram presentes no  
259 dia **12/9/23** as seguintes pessoas conselheiras: Alcides Pereira de Souza, entidade  
260 FAMEMG, segmento usuário; Aleteia D'Alcântara Gonçalves Silva, entidade FADEMG,  
261 segmento usuário; Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, entidade  
262 SINMED, segmento trabalhador; Daniel dos Santos, entidade FAMEMG, segmento  
263 usuário; Denílson Gonçalves, entidade MORHAN, segmento usuário; Elisa de Deus  
264 Paschoal, entidade SESMG, segmento gestor; Erli Rodrigues da Silva, entidade  
265 MORHAN, segmento usuário; Eduardo Araújo Souza, entidade MORHAN, segmento  
266 usuário; Fernanda Coelho Carvalho, entidade COLETIVO BIL, segmento usuário;  
267 Geraldo Heleno Lopes, entidade FAP, segmento usuário; Gláucia de Fátima Batista,  
268 entidade CRESS-MG, segmento trabalhador; Íris de Souza Almeida, entidade UEMP,  
269 segmento usuário; Josinei V. Figueiredo, entidade COSEMS, segmento gestor; Júlio  
270 César Pereira Souza, entidade FAMEMG, segmento usuário; Leida Maria de Oliveira  
271 Uematu, entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, segmento usuário; Lourdes  
272 Aparecida Machado, entidade CRP, segmento trabalhador; Maria Nazária de Souza

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br



273 Arruda, entidade FAPMG, segmento usuário; Marília Aparecida Rosário Oliveira  
274 Santos, entidade Federassantas, segmento prestador; Maryane Rodrigues Ferreira,  
275 entidade ABRALÉ, segmento usuário; Pedro Israel da Cunha, entidade CNBB LESTE  
276 II, segmento usuário; Renato Almeida de Barros, entidade SIND-SAUDE, segmento  
277 trabalhador; Rilke Novato Públio, entidade CRF, segmento trabalhador; Roberta Iara  
278 Borges, entidade Ministério da Saúde, segmento gestor; Rosália Aparecida Martins  
279 Diniz, entidade SEEMG, segmento gestor; Rubens Silvério da Silva, entidade  
280 FAMEMG, segmento usuário; Tatiane Aparecida Fonseca, entidade CUT-MG,  
281 segmento usuário; Terezinha de Oliveira Rocha, entidade FADEMG, segmento  
282 usuário; Vicentina Aparecida, entidade CMP, segmento usuário. **Justificados:** Adão  
283 Cândido Ferreira, entidade FADEMG, segmento usuário; Glayson da Silva Barbosa,  
284 entidade CRO, segmento trabalhador; Ione Martins Fortunato, entidade SINTSPREV,  
285 segmento trabalhadora; Sandra Maria dos Santos, entidade SINTSPREV, segmento  
286 trabalhadora. Convidados: Ana Júlia Andrade Campos, Ana Renata Moura Rabelo,  
287 Camila Bruno Costa, Cristiane Aguiar Vieira, Darlan Venâncio Thomaz Pereira, Eliana  
288 das Graças Fonseca Mascarenhas, Eneida Dantas Souza, Ethiara Vieira de Macedo,  
289 Gabriela Cintra Januário, Guilherme Caetano Maia, Jacqueline Santos, Janete Silva  
290 Ramos, Nayara Clara Moreira, Regina Aguiar, Tâmara C. Souza. E no dia **13/9/23** as  
291 seguintes pessoas conselheiras: Alcides Pereira de Souza, entidade FAMEMG,  
292 segmento usuário; Aleteia D'Alcântara Gonçalves Silva, entidade FADEMG, segmento  
293 usuário; Daniel dos Santos, entidade FAMEMG, segmento usuário; Denílson  
294 Gonçalves, entidade MORHAN, segmento usuário; Elisa de Deus Paschoal, entidade  
295 SES-MG, segmento gestor; Erli Rodrigues da Silva, entidade MORHAN, segmento  
296 usuário; Eduardo Araújo Souza, entidade MORHAN, segmento usuário; Fernanda  
297 Coelho Carvalho, entidade COLETIVO BIL, segmento usuário; Geraldo Heleno Lopes,  
298 entidade FAP, segmento usuário; Íris de Souza Almeida, entidade UEMP, segmento  
299 usuário; José Renato de Rezende Costa, entidade CRMV, segmento trabalhador; Júlio  
300 César Pereira Souza, entidade FAMEMG, segmento usuário; Leida Maria de Oliveira  
301 Uematu, entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, segmento usuário; Lourdes  
302 Aparecida Machado, entidade CRP, segmento trabalhador; Maria Nazária de Souza  
303 Arruda, entidade FAPMG, segmento usuário; Marília Aparecida Rosário Oliveira  
304 Santos, entidade Federassantas, segmento prestador; Pedro Israel da Cunha,  
305 entidade CNBB LESTE II, segmento usuário; Renato Almeida de Barros, entidade  
306 SIND-SAUDE, segmento trabalhador; Roberta Iara Borges, entidade Ministério da

Edifício Lutetia - Avenida Amazonas, 558 – 5º

Andar – Centro. Belo Horizonte - MG - CEP:

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

307 Saúde, segmento gestor; Rômulo Luiz Campos, entidade FETAEMG, segmento  
308 usuário; Tatiane Aparecida Fonseca, entidade CUT-MG, segmento usuário; Terezinha  
309 de Oliveira Rocha, entidade FADEMG, segmento usuário. **Justificados:** Adão  
310 Cândido Ferreira, entidade FADEMG, segmento usuário; Gláucia de Fátima Batista,  
311 entidade CRESS-MG (representando a CTEP em Teófilo Otoni em Formação para  
312 Conselheiros e Representantes de Movimentos Sociais), segmento trabalhador;  
313 Glayson da Silva Barbosa, entidade CRO, segmento trabalhador; Ione Martins  
314 Fortunato, entidade SINTSPREV, segmento trabalhador; Sandra Maria dos Santos,  
315 entidade SINTSPREV, segmento trabalhador. **Convidados:** Cristiane Aguiar Vieira,  
316 Dionete Inez, Eliana das Graças Fonseca Mascarenhas, Ethiara Vieira de Macedo,  
317 Fernanda M. Xavier, Jairo Donizete Dias, Janaína Almeida, Laura Rayne Miranda Mol,  
318 Letícia Dufloth, Leonardo Ribeiro Dumont, Lília Dantas Gonçalves, Paulo Bernardes  
319 Falcão, Poliana Cardoso Lopes, Rachel Alves Vieira, Sandra de Souza, Valéria de  
320 Jesus Coelho. Nada mais havendo a tratar, a presidenta Lourdes Machado encerrou  
321 os trabalhos da reunião, lavrando-se essa ata Fabiana C. Sales de Alcântara,  
322 secretária executiva e Gláucia de Fátima Batista, 1ª Secretária da Mesa Diretora do  
323 CES-MG, Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023.